



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº26/2026			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 666/2026			
RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO			
Abertura da Sala de Disputa: 23/06/2026, às 10:00h (horários de Brasília), no sítio: https://licitanet.com.br/ .		Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação:	
Encerramentodo prazo para cadastro daspropostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública.		Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA VILA SANTO ANTÔNIO, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura.			
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$1.240.655,63 (um milhão duzentos e quarenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos).			
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	VISITA TÉCNICA	MINUTA DE CONTRATO	
NÃO	SIM	SIM	
TIPO DA LICITAÇÃO	MODO DE DISPUTA	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	
MENOR PREÇO GLOBAL	ABERTO	R\$100,00	
Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital.			
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?	RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?	PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?	EXIGE AMOSTRA?
NÃO	NAO	NAO	NÃO
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do Agente de Contratação			
Telefone para contato: 69 3641-2734		E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br	



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 666/2026

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Data da Abertura: 26/06/2026

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, por intermédio do(a) Agente de Contratação Oficial, designado(a) pelo Decreto nº 10.979/2025, com sede administrativa na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, Alta Floresta D'Oeste/RO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, na forma eletrônica, por meio do portal www.licitanet.com.br, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, conforme consta no Processo Administrativo nº 666/2026.

A sessão pública ocorrerá na data, horário e local acima indicados, observadas as disposições contidas neste Edital e seus anexos.

Parágrafo único. As cotações de preços, orçamentos, pesquisas mercadológicas, estimativas de valores e cálculos de média constantes dos autos são de inteira responsabilidade do setor requisitante e/ou unidade responsável pela elaboração técnica, não cabendo ao Agente de Contratação ou à Comissão Permanente de Licitação qualquer responsabilidade quanto aos respectivos conteúdo.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

Endereço: Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo – Alta Floresta D'Oeste/RO

Agente de Contratação: Celia Ferrari

E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br

As informações oficiais relativas à presente licitação poderão ser consultadas gratuitamente nos seguintes endereços eletrônicos:

- www.altafloresta.ro.gov.br
- Portal da Transparência do Município
- www.licitanet.com.br
- Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM (www.diariomunicipal.com.br/arom)

1. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante sistema eletrônico que assegure condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as fases do certame.

1.2 Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema LICITANET e aquelas descritas neste Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, com apoio da equipe de apoio designada na forma da legislação vigente.

1.4 Todos os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF, salvo disposição expressa em contrário.



2. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1 O presente certame será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente o Decreto Federal nº 10.024/2019, o Decreto Federal nº 11.462/2023, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Complementar nº 147/2014, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como pelas demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas neste Edital.

3. O OBJETO

3.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA VILA SANTO ANTÔNIO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e demais anexos.**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1 A participação no presente certame observará as disposições da legislação vigente e as condições estabelecidas neste Edital.

4.2 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que atendam a todas as exigências previstas neste Edital e na legislação pertinente, inclusive quanto à documentação de habilitação, e que estejam devidamente credenciados junto ao sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.

4.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão realizar cadastro prévio junto à plataforma LICITANET, mediante obtenção de login e senha pessoais, de uso exclusivo e intransferível.

4.2.2 A participação no Pregão Eletrônico ocorrerá mediante utilização da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados os prazos e horários estabelecidos neste Edital.

a) Os custos decorrentes da operacionalização e utilização da plataforma eletrônica correrão por conta exclusiva da licitante, conforme plano de adesão escolhido junto ao provedor do sistema eletrônico disponível em www.licitanet.com.br.

b) A licitante deverá promover previamente seu cadastro e credenciamento no sistema eletrônico para fins de participação no certame e cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3 A LICITANET atuará como provedora do sistema eletrônico, nos termos do instrumento firmado com o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO.

4.4 As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais – MEI e demais beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 deverão informar, no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema eletrônico, seu respectivo enquadramento tributário, para fins de exercício dos benefícios legais relativos ao tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, enquadramento ou proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

4.6 A simples apresentação da proposta implicará plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como submissão integral às disposições legais aplicáveis ao certame.

4.7 Todos os custos relativos à elaboração e apresentação das propostas correrão por conta exclusiva da licitante, não cabendo ao Município de Alta Floresta D'Oeste/RO qualquer responsabilidade por tais despesas, independentemente do resultado da licitação.



4.8 A licitante é integralmente responsável pelas transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, bem como por eventual desconexão, perda de negócios ou inobservância de mensagens emitidas pelo sistema.

4.9 Não poderão participar desta licitação:

I – Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

II – Empresas em processo de falência, dissolução ou liquidação;

III – Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV – Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO;

V – Empresas suspensas temporariamente do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção aplicada;

VI – Empresas que possuam sanção restritiva de participação em licitação ou contratação aplicada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nas esferas federal, estadual ou municipal, durante o período de vigência da penalidade;

VII – Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, Agente de Contratação, membro da equipe de apoio, fiscal ou gestor do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.10 A participação na sessão pública eletrônica dar-se-á mediante utilização da senha privativa da licitante.

4.11 Somente serão aceitos documentos legíveis, em formato que permita sua perfeita análise pela Administração.

4.12 Todos os documentos exigidos para participação no certame, inclusive proposta de preços e documentos de habilitação, deverão ser apresentados em língua portuguesa e com valores expressos em moeda corrente nacional.

4.13 Os documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelo respectivo consulado brasileiro e acompanhados de tradução oficial realizada por tradutor juramentado.

4.14 Não serão aceitos documentos apresentados em mídias físicas, tais como fitas, discos magnéticos ou similares, salvo quando expressamente admitidos neste Edital.

4.15 Fotografias, catálogos, prospectos, desenhos, gráficos e materiais ilustrativos poderão ser apresentados apenas como complemento da proposta de preços, quando pertinentes ao objeto.

4.16 As licitantes assumem integral responsabilidade pela autenticidade, legitimidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no certame.

4.17 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.18 As licitantes interessadas em usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores deverão observar rigorosamente as regras de enquadramento, identificação e manifestação estabelecidas neste Edital, bem como as orientações emitidas pelo Agente de Contratação e pelo sistema eletrônico durante a sessão pública.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1 Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos referentes à interpretação deste Edital, de seus anexos ou quaisquer informações adicionais necessárias à elaboração das propostas deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico.

5.1.1 Os pedidos poderão ser apresentados por meio:

I – do sistema eletrônico LICITANET;

II – do e-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br; ou



III – mediante protocolo físico junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia).

5.1.2 Na hipótese de envio por e-mail, caberá ao interessado confirmar o recebimento da mensagem junto ao Agente de Contratação ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2734, sob pena de não conhecimento do pedido.

5.1.3 O interessado deverá informar, obrigatoriamente, o número do Pregão Eletrônico, o ano e o número do processo administrativo correspondente.

5.1.4 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à abertura do certame.

5.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como eventuais alterações, retificações, erratas, adendos ou avisos complementares relacionados ao Edital, serão disponibilizados publicamente nos meios oficiais de divulgação do certame, para conhecimento de todos os interessados.

5.3 Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico.

5.3.1 As impugnações deverão ser encaminhadas pelos mesmos meios previstos no item 5.1.1 deste Edital.

5.3.2 Na hipótese de envio da impugnação por e-mail, o interessado deverá confirmar o recebimento da mensagem junto ao Agente de Contratação ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2734, sob pena de não conhecimento da impugnação.

5.3.3 A impugnação deverá conter a identificação do Pregão Eletrônico, ano e número do processo administrativo correspondente.

5.3.4 Caberá ao Agente de Contratação, com auxílio da equipe de apoio e, quando necessário, dos setores técnicos competentes, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

5.3.5 A decisão acerca da impugnação será divulgada preferencialmente por meio do sistema eletrônico LICITANET e/ou pelo e-mail informado pelo interessado, cabendo ao licitante acompanhar as publicações e comunicações referentes ao certame.

5.3.6 Caso a impugnação seja acolhida e resulte em alteração capaz de impactar a formulação das propostas, será designada e divulgada nova data para realização da sessão pública do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá estar previamente credenciada junto ao sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.



6.2 A participação no certame ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico da LICITANET, devendo a licitante manifestar, em campo próprio da plataforma, pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.3 O acesso ao sistema eletrônico para encaminhamento da proposta de preços e formulação de lances dependerá de prévio cadastramento e adesão da licitante junto à plataforma LICITANET, observadas as condições previstas neste Edital.

6.4 O login e a senha de acesso poderão ser utilizados em quaisquer pregões eletrônicos operados pela LICITANET, salvo quando suspensos por inadimplência junto ao provedor do sistema ou cancelados por solicitação da própria licitante.

6.5 A alteração, recuperação ou manutenção da senha de acesso deverá ser realizada diretamente junto ao serviço de atendimento da LICITANET, por meio do chat disponível na plataforma, sendo a nova senha encaminhada ao e-mail cadastrado pela licitante.

6.6 Informações complementares sobre credenciamento poderão ser obtidas junto à LICITANET pelos telefones (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633, ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7 O credenciamento no sistema eletrônico dar-se-á mediante atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível para acesso à plataforma.

6.8 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, inclusive quanto às transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET ou ao Município de Alta Floresta D'Oeste/RO qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante e presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.10 As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI que desejarem usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atendem aos requisitos legais de enquadramento previstos no art. 3º da referida Lei Complementar.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as especificações técnicas, critérios de aceitabilidade e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.

7.2 As propostas deverão atender integralmente às exigências técnicas e quantitativas previstas no Instrumento Convocatório.

7.2.1 Quando o julgamento ocorrer por ITEM, a licitante poderá apresentar proposta apenas para os itens de seu interesse.

7.2.2 Quando o julgamento ocorrer por LOTE, a licitante deverá apresentar proposta para todos os itens integrantes do respectivo lote, sob pena de desclassificação da proposta quanto ao lote incompleto.

7.2.3 Quando o julgamento ocorrer pelo critério GLOBAL, a licitante deverá apresentar proposta contemplando todos os itens licitados, sob pena de desclassificação da proposta.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, as licitantes deverão encaminhar suas propostas de preços exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

8.2 A proposta deverá ser cadastrada no sistema eletrônico contendo, no mínimo, as seguintes informações:



I–Valor unitário e total dos itens;

II – Marca, quando aplicável;

III – fabricante, quando aplicável;

IV – Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo especificações técnicas, modelo, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição em órgão competente, quando exigível.

8.3 A etapa de envio das propostas será automaticamente encerrada no momento da abertura da sessão pública.

8.4 O envio da proposta ocorrerá mediante utilização de chave de acesso e senha privativa da licitante, de caráter pessoal e intransferível.

8.5 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

8.6 A falsidade das declarações prestadas sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e demais penalidades cabíveis.

8.6.1 Considera-se comportamento inidôneo, dentre outras hipóteses:

I – Apresentação de declaração falsa quanto às condições de participação ou enquadramento como ME/EPP/MEI;

II – Prática de fraude ou conluio entre licitantes em qualquer fase do certame;

III – omissão de informações relevantes ou prestação de informações inverídicas.

8.7 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar, substituir ou alterar as propostas anteriormente cadastradas no sistema eletrônico.

8.8 Na fase de cadastramento das propostas não haverá ordem classificatória, a qual ocorrerá somente após a etapa de lances e julgamento das propostas.

8.9 O cadastramento da proposta no sistema LICITANET implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.10 Caberá exclusivamente à licitante acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.11 A licitante deverá observar rigorosamente as disposições deste Edital e seus anexos. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema LICITANET e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seus anexos.

8.12 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, tributos, taxas, fretes, seguros, despesas administrativas, lucro e quaisquer outros custos incidentes sobre a contratação.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 Na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, o Agente de Contratação abrirá a sessão pública do Pregão Eletrônico, procedendo à análise preliminar das propostas cadastradas no sistema eletrônico.

9.1.1 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para análise técnica das propostas, inclusive com apoio do setor requisitante, promovendo a desclassificação motivada das propostas que:

I – Estiverem em desacordo com as exigências do Edital e seus anexos;

II – Forem omissas quanto a informações essenciais;

III – apresentarem irregularidades insanáveis;

IV – Contiverem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o objeto licitado.

9.2 A etapa de lances observará os modos de disputa previstos no art. 56 da Lei nº 14.133/2021, podendo ocorrer na forma ABERTA ou ABERTA E FECHADA, conforme parametrização realizada no sistema eletrônico LICITANET.

9.3 Verificada proposta incompatível com o objeto ou manifestamente inexequível, o Agente de Contratação procederá à sua desclassificação mediante justificativa registrada no sistema



eletrônico.

9.3.1 A licitante que apresentar proposta inicial manifestamente inexecutável e não comprovar sua viabilidade poderá ter sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.3.2 Havendo indícios de inexecutabilidade, será assegurado à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, podendo ser solicitados esclarecimentos, documentos complementares e demonstração detalhada da composição dos custos, nos termos do §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3 O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta mais bem classificada, bem como exigir documentação comprobatória da viabilidade econômica da execução contratual.

DA DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

9.3.4 Para comprovação da exequibilidade da proposta, a licitante poderá ser convocada a apresentar documentação que demonstre, de forma objetiva e fundamentada, a viabilidade econômica dos valores ofertados, observando-se os seguintes parâmetros:

- I – Apresentação de planilha detalhada de composição de custos;
- II – Comprovação de compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, mediante contratos similares, notas fiscais, tabelas referenciais ou estudos de formação de preços;
- III – demonstração de eficiência operacional, ganho de escala, tecnologia empregada ou estrutura operacional diferenciada;
- IV – Comprovação da capacidade econômico-financeira para execução do objeto;
- V – Demonstração de inclusão dos custos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais encargos legais;
- VI – Apresentação de justificativa técnica para eventual preço reduzido;
- VII – apresentação de garantia contratual, quando exigida no Edital;
- VIII – declaração formal de responsabilidade pela execução integral do contrato nos valores ofertados.

9.3.5 A exequibilidade da proposta deverá demonstrar que os valores ofertados:

- I – são economicamente viáveis;
- II – não comprometem a adequada execução contratual;
- III – atendem ao interesse público;
- IV – observam os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

9.4 Durante a fase de lances, as licitantes deverão preservar a impessoalidade, sendo vedada qualquer forma de identificação no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

9.5 A etapa competitiva será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.

9.6 As licitantes poderão ofertar lances sucessivos para os itens, lotes ou objeto global, conforme critério de julgamento adotado, sendo imediatamente informadas pelo sistema quanto ao recebimento, horário de registro e valor do lance.

9.6.1 Os lances deverão observar as seguintes condições:

- I – Deverão ser ofertados em moeda corrente nacional (R\$);
- II – Os valores unitários e totais deverão conter, no máximo, duas casas decimais;
- III – deverão respeitar as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

9.6.2 Caso sejam identificadas inconsistências de arredondamento ou divergências numéricas, o Agente de Contratação poderá convocar a licitante para adequação da proposta ou promover ajuste automático para menor valor, quando cabível.

9.7 O sistema eletrônico será responsável pelo gerenciamento automático da etapa de lances, inclusive encerramento aleatório, prorrogações automáticas e demais funcionalidades inerentes ao modo de disputa adotado.

9.8 As licitantes poderão apresentar lances intermediários ou inferiores ao último lance por elas ofertado, observadas as regras do sistema eletrônico.

9.9 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela registrado no sistema,



observando eventual intervalo mínimo de diferença de valores estabelecido.

9.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele registrado primeiro pelo sistema eletrônico.

9.11 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real acerca do menor lance registrado, vedada a identificação de seu detentor.

9.12 O Agente de Contratação poderá excluir lance manifestamente inexequível durante a etapa competitiva, oportunizando à licitante sua confirmação ou reformulação.

9.12.1 A exclusão de lance somente será possível durante a fase competitiva, antes do encerramento do item ou lote no sistema eletrônico.

9.12.2 Caso a licitante não consiga reformular ou excluir lance aparentemente inexequível antes do encerramento da etapa competitiva e posteriormente não comprove sua viabilidade, sua proposta poderá ser desclassificada na fase de aceitabilidade.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1 No presente certame, será adotado o modo de disputa ABERTO ou ABERTO E FECHADO, conforme definido no sistema eletrônico, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.1.1 Modo de Disputa Aberto

(Inciso I do art. 31 do Decreto Federal nº 10.024/2019)

A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

a) O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo).

§ 1º A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver novos lances durante o período de prorrogação.

§ 2º Não havendo novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema.

§ 3º Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática, o(a) Agente de Contratação, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa, mediante justificativa, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.1.2 Modo de Disputa Aberto e Fechado

(Inciso II do art. 31 do Decreto Federal nº 10.024/2019)

A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances e, após transcorrido período aleatório de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo previsto no § 1º, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam apresentar lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento desse prazo.

§ 3º Não havendo, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições previstas no § 2º, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), apresentar lance final e fechado no prazo de até 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos §§ 2º e 3º, o sistema poderá reiniciar a etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, apresentem lance final e fechado no prazo de até 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento do prazo, observando-se, após esta etapa, o disposto no § 6º

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o(a) Agente de Contratação, auxiliado(a) pela equipe de apoio,



poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do § 5º.

11. DA DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO

11.1 Na hipótese de desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação durante a etapa de envio de lances da sessão pública, permanecendo o sistema acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1 Sempre que possível, o(a) Agente de Contratação dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos praticados.

11.1.2 Quando a desconexão persistir por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, por meio do CHAT MENSAGEM do sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.

12. DO DESEMPATE

12.1 Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 3.696/2016 e, subsidiariamente, os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, caso não haja licitante enquadrado nas hipóteses anteriores.

12.1.1 Os mesmos critérios de desempate serão aplicados quando não houver envio de lances na fase competitiva, hipótese em que a proposta inicial será considerada vinculante, desde que não tenha sido retirada, nos termos do art. 26, § 6º, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

12.2 Considera-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.1 Na modalidade Pregão, o intervalo percentual referido no item anterior será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.2.2 Em caso de equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no intervalo previsto, o sistema realizará sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.

12.3 Em caso de empate entre empresas não enquadradas como ME/EPP, o sistema verificará automaticamente a existência de empresa enquadrada como ME/EPP cujo lance seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao menor lance válido.

12.3.1 Não havendo manifestação de interesse pelas empresas beneficiárias ou inexistindo empresa apta ao benefício, o desempate será realizado por sorteio eletrônico.

12.3.2 Existindo empresa enquadrada como ME/EPP apta ao benefício, o sistema convocará automaticamente a mais bem classificada para apresentação de lance final. Caso o valor ofertado seja inferior ao lance anteriormente vencedor, a empresa será declarada vencedora do certame.

12.3.3 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma prevista no item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, observada a ordem de classificação.

12.4 Nos itens de participação exclusiva ou cotas reservadas para ME/EPP/MEI, será observada a preferência de contratação para empresas sediadas local, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposto neste Edital.

12.4.1 Havendo igualdade de condições entre empresas que possuam o mesmo critério de preferência, o desempate será realizado mediante sorteio eletrônico pelo sistema.

13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação encaminhará, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha



apresentado a melhor oferta, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.2 Após o encerramento da fase de lances, das negociações e da atualização dos preços, o(a) Agente de Contratação examinará a compatibilidade da proposta em relação ao valor estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da Secretaria requisitante, bem como verificará se os valores unitários e totais foram apresentados com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

13.2.1 Não será aceita proposta final com valor superior ao estimado para a contratação, apurado pelo setor competente, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2 Serão aceitos somente valores expressos em moeda corrente nacional (R\$), contendo preços unitários e totais com até 02 (duas) casas decimais, observadas as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

13.2.3 Caso a proposta apresente divergência quanto à quantidade de casas decimais permitidas, o(a) Agente de Contratação poderá convocar o licitante para realizar a devida adequação dos valores e, permanecendo este inerte, poderá efetuar o arredondamento automático para menor, sem prejuízo do valor global da proposta.

14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1 Se a proposta de preços apresentada não for aceitável, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências deste Edital.

14.2 Não será admitida desistência dos lances ofertados após o encerramento da etapa competitiva, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

14.2.1 A ausência de apresentação de lance durante a etapa competitiva implicará a manutenção do último preço registrado pela licitante para fins de classificação.

14.3 O Agente de Contratação poderá solicitar PROSPECTOS, FOLDERS, CATÁLOGOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou LINKS OFICIAIS do objeto ofertado, com a finalidade de verificar a compatibilidade das especificações apresentadas com as exigências do Edital, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado.

14.4 Constatada a existência de erros numéricos ou materiais sanáveis nas propostas de preços, desde que não comprometam o conteúdo ou a validade da proposta, o Agente de Contratação poderá promover as correções necessárias para apuração do preço final, observadas as seguintes disposições:

14.4.1 Havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e o valor indicado por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

14.4.2 Havendo divergência nos subtotais decorrentes da multiplicação entre quantitativos e preços unitários, prevalecerão os preços unitários, procedendo-se à correção dos subtotais e do valor global da proposta.

14.4.3 Verificada divergência decorrente de erro meramente formal, de digitação ou de preenchimento, o Agente de Contratação poderá solicitar à licitante a correção da proposta, vedada a alteração do valor final ofertado.

14.4.4 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar será convocada para reelaborar e apresentar à Administração Pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do portal de licitações www.licitanet.com.br, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao lance vencedor, acompanhada da PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS e do ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA, no prazo de 1 (um) dia útil,



conforme disposto no item 11 deste Edital, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório.

15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

15.1 A relação dos documentos exigidos para fins de habilitação no presente certame encontra-se discriminada no Anexo II deste Edital.

15.2 A habilitação da licitante será verificada mediante análise da documentação exigida neste Edital, bem como por meio de consultas aos sistemas e cadastros pertinentes, quando aplicável.

15.3 As consultas realizadas deverão comprovar que a licitante se encontrava em situação regular na data fixada para a abertura das propostas.

15.4 A consulta aos cadastros restritivos será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, considerando que as sanções decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa podem incluir a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual o sancionado seja sócio majoritário.

15.5 Sob pena de inabilitação, os documentos deverão ser apresentados observando-se as seguintes disposições:

I – Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

II – Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz;

III – Se a licitante for matriz, mas a execução do objeto ou a emissão da nota fiscal/fatura ocorrer por intermédio de filial, deverão ser apresentados documentos em nome da matriz e da filial, conforme o caso.

15.6 A Administração, por meio da Comissão de Contratação, Agente de Contratação ou servidor(es) designado(s), poderá promover diligências destinadas à verificação da autenticidade e veracidade das informações e documentos apresentados pela licitante durante o certame, podendo solicitar esclarecimentos e documentos complementares, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei nos casos de constatação de informações falsas ou inverídicas.

16. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FINAL

16.1 Encerradas as fases de lances e negociação, o(a) Agente de Contratação solicitará à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar o envio da documentação de habilitação constante no Anexo II deste Edital, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, nos termos do § 2º do art. 38 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

16.1.1 A critério da Administração, o prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período.

16.2 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta de preços atualizada e adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida conforme Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva.

16.2.1 O envio da documentação e da proposta final deverá ocorrer por meio do módulo HABILITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa do sistema eletrônico, dentro do prazo estabelecido após a fase de lances.

16.2.2 Poderá ser aceito, em substituição ao modelo constante do Anexo IV, o relatório de Proposta Final emitido pelo sistema LICITANET, desde que contenha todas as informações necessárias ao regular prosseguimento do certame.

16.3 A proposta final, corrigida e atualizada de acordo com o último valor ofertado, deverá possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

16.4 O preenchimento da proposta final deverá observar rigorosamente a ordem e a numeração dos itens constantes no Anexo III – Estimativa de Custos.



16.5 A licitante será integralmente responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances ofertados, nos termos do inciso III do art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, bem como pelo acompanhamento das operações durante a sessão pública, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.6 Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, por meio do sistema eletrônico, nos termos do art. 43 do Decreto Federal nº 10.024/2019, inclusive nos casos em que a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de custos e preços.

16.7 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para análise da documentação de habilitação e da proposta final apresentada.

16.8 Caso a documentação de habilitação esteja incompleta, contenha irregularidades ou esteja em desacordo com as disposições deste Edital e seus anexos, a licitante poderá ser declarada inabilitada.

16.9 A Administração não se responsabilizará pela perda de negócios decorrente da não apresentação de documentos exigidos para habilitação, ainda que estes possam ser emitidos gratuitamente por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade da licitante providenciar e apresentar toda a documentação exigida no momento da convocação.

16.10 Os documentos apresentados deverão possuir prazo de validade expresso ou estabelecido em lei. Na ausência de prazo de validade indicado no próprio documento, serão considerados válidos:

I – por 90 (noventa) dias, contados da data de emissão, para Certidão de Falência e Recuperação Judicial;

II – por 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão, para os demais documentos.

16.11 Não serão aceitos protocolos de entrega, comprovantes de solicitação ou quaisquer documentos substitutivos em lugar dos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16.12 Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte que tenham declarado essa condição, e que não incorram em quaisquer hipóteses de desenquadramento, o direito à regularização da documentação fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

16.13 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha alguma restrição.

16.13.1 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da declaração da licitante vencedora, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

16.13.2 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, facultando-se à Administração convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

16.14 A Administração reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer tempo, para verificação da autenticidade, validade e veracidade dos documentos e certidões apresentados. Em caso de divergência, prevalecerá a certidão emitida com data mais recente.

16.15 Ainda em sede de diligência, havendo dúvidas quanto à autenticidade dos documentos apresentados ou à compatibilidade da atividade da licitante com o objeto licitado, poderão ser solicitados documentos complementares, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais, atestados ou outros documentos considerados pertinentes.

16.16 Nos casos em que o objeto social constante dos atos constitutivos da licitante se apresentar genérico, impreciso ou dubio, o Agente de Contratação poderá promover diligência com a finalidade exclusiva de verificar a compatibilidade das atividades exercidas pela empresa com o objeto da presente licitação.



16.17 Após a análise e aceitação da documentação de habilitação, o Agente de Contratação declarará a licitante habilitada em campo próprio do sistema eletrônico.

17. DOS RECURSOS

17.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, bem como à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 Declarada a vencedora do certame, qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, manifestar imediata e motivadamente sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema eletrônico, por meio da opção "ENTRAR C/ RECURSO".

17.3 A ausência de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de recorrer importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.4 O Agente de Contratação analisará a manifestação de intenção de recurso, podendo aceitá-la ou rejeitá-la de forma motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, não sendo admitidos recursos genéricos, imotivados ou manifestamente protelatórios.

17.5 A licitante cuja intenção de recurso for admitida deverá apresentar as razões recursais em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema eletrônico, em igual prazo, que terá início após o encerramento do prazo concedido ao recorrente, conforme disposto no § 4º do referido artigo.

17.6 Os recursos serão dirigidos à Secretaria requisitante, por intermédio do Agente de Contratação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los devidamente instruídos à autoridade competente para apreciação e decisão.

17.7 O acolhimento do recurso implicará apenas a invalidação dos atos que não puderem ser aproveitados.

17.8 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação da ata de julgamento.

17.9 Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados para vista franqueada junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, na sede do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, no endereço indicado neste Edital.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Atendidas as exigências previstas neste Edital, estando a licitante devidamente habilitada e aceita a proposta de menor preço, o Agente de Contratação declarará vencedora(s) a(s) licitante(s) do(s) respectivo(s) ITEM(NS)/LOTE(S), encaminhando os autos à autoridade competente para adjudicação.

18.1.1 Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, em caso de recusa, às licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

18.1.2 Caso a mesma empresa seja vencedora da cota reservada e da cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor ofertado.

18.2 A indicação da proposta vencedora, a classificação das propostas e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão em ata divulgada no sistema eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação aplicável.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será realizada pela autoridade competente, após regular instrução do procedimento pelo Agente de Contratação.

18.4 A homologação da licitação compete à autoridade competente e ocorrerá após a adjudicação do objeto.



18.5 Havendo interposição de recurso administrativo e mantida a decisão pelo Agente de Contratação, os autos serão encaminhados à autoridade competente para apreciação e decisão final.

18.6 Independentemente da forma de julgamento adotada (por ITEM, LOTE ou GLOBAL), a adjudicação observará o critério definido neste Edital e respectivos anexos.

19. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

19.1 A convocação da adjudicatária será realizada preferencialmente por meio de e-mail informado em sua proposta ou documentos de habilitação, com confirmação de recebimento, acompanhada do contrato ou instrumento equivalente para assinatura e devolução.

19.2 O prazo para assinatura e devolução do contrato ou instrumento equivalente será de até 03 (três) dias úteis, contados da confirmação do recebimento da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.3 A adjudicatária sediada no Município de Alta Floresta D'Oeste/RO poderá, facultativamente, realizar a entrega física dos documentos assinados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, dentro do prazo estabelecido.

19.4 Somente na impossibilidade comprovada de utilização de meio eletrônico, a remessa dos documentos poderá ser realizada por via postal.

19.5 As comunicações oficiais relativas à presente contratação poderão ser realizadas por meio de correio eletrônico corporativo, considerando-se válidas as mensagens encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela contratada em sua proposta ou documentação apresentada no certame.

19.6 Considerar-se-á cientificada a parte na data de confirmação de leitura da comunicação eletrônica. Na ausência de confirmação, a comunicação será considerada automaticamente recebida após o decurso de 02 (dois) dias úteis contados da data de envio.

19.7 Será facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pela vencedora, nos termos do § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.8 Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

19.9 Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nas condições estabelecidas, a Administração poderá, observados o valor estimado da contratação e eventual atualização prevista no Edital:

I – Convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação visando à obtenção de condições mais vantajosas, ainda que superiores ao preço inicialmente adjudicado;

II – Adjudicar e celebrar o contrato com as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, caso frustrada a tentativa de negociação.

19.10 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente dentro do prazo de validade da proposta caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente, conforme § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SEMI

Projeto/Atividade: 1251 – Pavimentação em Blocos Retangulares de Concreto da Vila Santo Antônio – Convênio nº 175/2026/PGE

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações.



20.2 Poderão ser utilizados recursos provenientes de outros projetos/atividades, desde que haja disponibilidade orçamentária e necessidade devidamente justificada pela Administração.

21. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 O contratado obriga-se a executar o objeto adjudicado em conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições constantes do Instrumento Convocatório.

21.2 As vantagens eventualmente apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta e aceitas pela Administração integrarão o contrato, passando a constituir obrigação contratual.

21.3 A execução das obrigações assumidas em decorrência da participação neste certame, bem como os casos omissos no Edital e no contrato, reger-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica vedada a cessão ou transferência total do contrato sem prévia autorização da Administração.

21.5 É vedada a subcontratação integral do objeto, admitindo-se a subcontratação parcial apenas em situações excepcionais e mediante prévia e expressa anuência da Administração.

21.6 Constituem obrigações contratuais todas as disposições previstas neste Edital e em seus anexos, especialmente aquelas descritas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Instrumento Convocatório.

21.7 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

22. DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATUAIS

22.1 Em observância ao princípio da anualidade da proposta, nos termos da Lei nº 10.192/2001, será concedido reajuste de preços mediante solicitação da contratada, desde que transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta final no certame.

22.1.1 O índice aplicável para fins de reajuste será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

22.2 Eventuais prorrogações contratuais observarão as disposições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

23. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

23.1 Em conformidade com o art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

I – Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contratadas, mediante termo de recebimento provisório emitido pelo servidor responsável;

II – Definitivamente, após verificação da conformidade e adequação do objeto às exigências contratuais, mediante termo de recebimento definitivo emitido pelo fiscal do contrato ou comissão designada.

23.2 Nos termos do § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, constatada execução incompleta ou em desacordo com as condições contratadas, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso até a regularização da situação.

23.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, proposta ou contrato,



devendo a contratada promover, às suas expensas, os reparos, correções ou substituições necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

23.4 Na hipótese de rejeição do objeto, o recebimento provisório perderá seus efeitos jurídicos, inclusive quanto à eventual descaracterização da mora contratual.

23.5 Realizadas as adequações, substituições ou reparos necessários dentro do prazo fixado, o objeto será novamente submetido ao recebimento provisório e, estando em conformidade, posteriormente ao recebimento definitivo.

23.6 Verificada a impossibilidade de adequação do objeto ou não alcançado o resultado esperado após concessão de prazo para regularização, poderá a Administração promover a rescisão unilateral do contrato e aplicar as penalidades cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.7 Observado o Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA solicitará à fiscalização da CONTRATANTE a realização das medições dos serviços executados, apresentando posteriormente a nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

23.8 O pagamento será efetuado na forma e prazos estabelecidos no Termo de Referência e/ou Projeto Básico, contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada.

23.9 Considerar-se-á como data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

23.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue ao fiscal do contrato, na sede do Contratante.

23.11 A nota fiscal deverá estar acompanhada da documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

23.12 A Administração poderá, sempre que possível, verificar diretamente em sítios oficiais a manutenção das condições de habilitação da contratada.

23.13 O pagamento somente será efetuado após o atesto do fiscal do contrato na nota fiscal/fatura e desde que a documentação da contratada esteja regular. Havendo irregularidades na documentação ou inconsistências na nota fiscal, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO.

23.14 Regularizadas as pendências, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de protocolo da comunicação formal da contratada informando a correção das irregularidades.

23.15 O Contratante poderá suspender o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I – Existência de débito da contratada para com o Contratante;

II – Execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas no contrato.

24. DAS PENALIDADES

24.1 As sanções administrativas e penalidades aplicáveis às infrações cometidas durante a execução contratual observarão o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições constantes no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 O presente Pregão Eletrônico observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

25.2 As licitantes assumirão todos os custos relativos à elaboração e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Alta Floresta D'Oeste/RO qualquer responsabilidade por tais despesas, independentemente do resultado da licitação.



25.3 A Administração poderá, a qualquer tempo antes da sessão pública, promover alterações neste Edital, mediante divulgação de adendo, reabrindo-se os prazos quando necessário.

25.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Agente de Contratação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

25.5 A critério da Administração, a presente licitação poderá:

I – Ser anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em caso de ilegalidade devidamente comprovada;

II – Ser revogada, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado;

III – Ter a data de abertura transferida por conveniência administrativa.

25.6 A anulação da licitação não gera direito à indenização, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

25.7 Em caso de desfazimento do processo licitatório, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.8 O presente Edital, seus anexos e a proposta vencedora integrarão o contrato administrativo, independentemente de transcrição.

25.9 Em situações excepcionais e devidamente justificadas, o(a) Agente de Contratação poderá prorrogar prazos previstos neste Edital, desde que não haja prejuízo ao interesse público.

25.10 As licitantes são responsáveis pela veracidade, autenticidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.11 As normas deste Pregão Eletrônico serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança jurídica, da isonomia, da finalidade e do interesse público.

25.12 A declaração de vencedora e a adjudicação do objeto não asseguram direito subjetivo à contratação.

25.13 Para fins de contratação e pagamento, prevalecerá o menor preço registrado em ata.

25.14 Havendo divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerá a seguinte ordem:

I – Edital;

II – Termo de Referência;

III – Minuta Contratual;

IV – Demais anexos.

25.15 Em caso de divergência de quantitativos, prevalecerão aqueles constantes no Anexo III – Estimativa de Custos.

25.16 Aos casos omissos aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

25.17 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o horário e o local anteriormente estabelecidos, salvo comunicação em contrário.

25.18 O sistema eletrônico gerará ata circunstanciada contendo todos os atos praticados e ocorrências relevantes do certame, a qual ficará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

25.19 A plataforma LICITANET não possui qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas entre a Administração e a contratada, especialmente quanto à entrega do objeto e à execução financeira do contrato.

25.20 Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 07h30min às 13h30min (horário local), pelo telefone (69) 3641-2734 ou pelo e-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br.

25.21 O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sítios eletrônicos www.altafloresta.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.

26. DOS ANEXOS



26.1 Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Condições para Habilitação;
- ANEXO III – Estimativa de Custos;
- ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO V – Modelo de Declaração Conjunta.

Alta Floresta D'Oeste/RO, 26 de maio de 2026.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE

- 1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

2. INTRODUÇÃO

- 2.1. Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazo de execução.
- 2.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento a Lei nº 14.133/2021, que dispõe de Normas Gerais de Licitação e Contratação para as Administrações Públicas diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o Decreto nº 10.827/2024 - "Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e da outras providencias, dos quais conjuntamente possuem finalidade de instruir procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, CORRESPONDENTE AO VALOR GLOBAL, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA VILA SANTO ANTÔNIO**, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 2.3. Será utilizado recurso previsto através do Termo de Convênio nº 175/2026/PGE-DERADM, Processo SEI nº 0009.014565/2024-70.

3. OBJETO E QUANTITATIVO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021)

Item	Código	Discriminação	Und	Valor Estimado EM R\$
1	35915	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA VILA SANTO ANTÔNIO - Convênio nº 175/2026/PGE-DERADM, Processo SEI nº 0009.014565/2024-70.	OBRA	R\$ 1.240.655,63

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A execução dessa obra tem como justificativa sempre buscar realizar melhorias na infraestrutura, sendo ela na urbana ou rural. Neste caso, tal obra buscará realizar melhorias da infraestrutura rural sendo 5.624,35 m² de Pavimentação a serem executados nas linhas 65, 148, Linha Projetada 01 Escola e 02 Escola, localizadas na vila Santo Antônio no Município de Alta Floresta do Oeste RO, perfazendo 937,39 metros lineares.
- 4.2. O objetivo é tornar essas localidades mais bem estruturadas e organizadas, proporcionando às famílias de agricultores os benefícios socioeconômicos mínimos, necessários à fixação do homem no campo e proporcionar facilidade no transporte escolar e escoamento das produções agrícolas.



- 4.3. Com a implantação dessa obra, a população local poderia ficar integrada às malhas: municipal, estadual e federal existentes, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico da região. Dessa forma, entende-se que o objeto deste projeto básico irá servir de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que ali residem, criando alternativa para amenizar os problemas de escoamento dos excedentes agrícolas e de acesso aos benefícios públicos como educação, saúde, etc.
- 4.4. A meta dessas obras é garantir a durabilidade, segurança e conforto ao rolamento e a funcionalidade da via a longo prazo, proporcionando conforto à população, oferecer níveis satisfatórios de segurança, melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento da população local e promover o desenvolvimento local e regional.
- 4.5. A obra terá uma execução de 5.624,35 m² de Pavimentação em blocos de concreto, em vias urbanas com drenagem superficial, atendendo pelo menos 04 ruas da Vila Santo Antônio.
- 4.6. Considerando a existência de recurso destinado exclusivamente pavimentação em blocos retangulares de concreto intertravados na vila de Santo Antônio município de Alta Floresta D'Oeste através do **Termo de Convênio nº 175/2026/PGE-DERADM, Processo SEI nº 0009.014565/2024-70**.

5. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

- 5.1. A adoção ao sistema de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO CORRESPONDENTE AO VALOR GLOBAL, se baseia nas seguintes justificativas:
- a) Não existe muita complexidade na execução dos serviços a serem executados;
 - b) Os serviços a serem executados utilizam especificações usuais de mercado;
 - c) Os serviços e quantidades já estão estabelecidos conforme documentação do convênio que estará anexado ao processo.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1.1. Memorial Descritivo;

- 6.1.1.1. Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo MUNICÍPIO, data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados. O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento;
- 6.1.1.2. Deverão ser executados todos os serviços constantes na Planilha Orçamentária que estará anexada ao processo;

6.1.2. Da autorização dos serviços;

- 6.1.2.1. A emissão da ORDEM DE SERVIÇO será documento próprio emitido pelo CONTRATANTE que deverá conter informações sobre os prazos e as recomendações técnicas e procedimentais.

6.1.3. Do deslocamento;

- 6.1.3.1. Em nenhuma hipótese serão efetuados pagamentos de mobilização (viagem, hospedagem, alimentação e qualquer outra despesa decorrente da realização do serviço) e/ou desmobilização;



6.1.3.2. Em nenhuma hipótese serão efetuados pagamentos de transporte de materiais, equipamentos, ferramentas ou quaisquer itens relativos aos serviços deste termo de referência;

6.1.3.3. Em hipótese alguma, será permitido o transporte clandestino de profissionais e/ou equipamentos, sendo necessário o uso de meios de transportes legalizados pelos órgãos de controle e fiscalização estatal, podendo em caso adverso, a Contratada ser penalizada por esta Administração nos Termos especificados em Contrato e na Lei Vigente.

6.1.4. Da equipe de trabalho;

6.1.4.1. O encarregado responsável deverá possuir, no mínimo, experiência e capacitação equivalente ao objeto do procedimento licitatório, devendo a empresa vencedora do certame e consequentemente contratada manter o Currículo atualizado, junto a contratante no decorrer da execução do contrato;

6.1.4.2. É obrigatório o uso de uniforme pelos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços contratados;

6.1.4.3. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal completa e constantemente uniformizado, com roupas e calçados em perfeito estado de conservação e aparência, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos equipamentos de proteção individual, conforme circunstância;

6.1.4.4. Os uniformes deverão conter identificação, podendo ser emblema/brasão/logotipo da empresa CONTRATADA, de forma e local visível, no vestuário;

6.1.4.5. A troca de uniforme poderá também ser solicitada pela CONTRATANTE a qualquer tempo, caso entenda que o mesmo não preenche requisitos de boa aparência, conservação e qualidade necessárias;

6.1.4.6. O uniforme deverá estar de acordo com o tamanho do empregado.

6.1.5. Dos materiais;

6.1.5.1. A empresa CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo, necessários à conservação e à operação das instalações, cuja manutenção seja objeto deste Termo de Referência;

6.1.5.2. A CONTRATADA deverá manter estoque regular dos materiais de consumo que atenda às necessidades mensais dos serviços de manutenção e operação. Em casos excepcionais de falta de material, a CONTRATADA terá prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para o seu fornecimento.

6.1.6. Do local da prestação de serviços;

6.1.6.1. **Prazo de início:** O início dos serviços objeto do contrato oriundo do objeto desta solicitação, deverá ser no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da **ORDEM DE SERVIÇO**, decorrente do contrato oriundo da Nota de Empenho;

6.1.6.2. **Prazo de execução:** O prazo para execução da obra será de 270 (Duzentos e setenta) dias corridos conforme consta no Plano de Trabalho que estará anexada ao processo, contando a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço e/ou assinatura do contrato.

6.1.6.3. Os serviços serão executados no Município de Alta Floresta D'Oeste – RO, mais especificamente na Vila Santo Antônio.

6.1.6.4. As medições dos serviços executados, decorrentes do contrato, serão realizadas mensalmente e conferidas pelo Gestor de contrato e o técnico responsável pelos serviços, as quais deverão ser concluídas até o 5º dia útil



subsequente, conforme planilha de quantidades e preços unitários e de acordo com cronograma físico financeiro apresentado pela contratada;

6.1.6.5. A contratante pagará à contratada pelos serviços contratados e executados, para tanto, as Notas Fiscais deverão estar devidamente acompanhadas da Relação Detalhada dos Serviços Prestado;

6.1.6.6. A data da conclusão será considerada quando a Contratada notificar a Contratante, desde que a Fiscalização desta considere o serviço em condições de ser recebido.

7. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Fiscalização:

7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. Fiscalização técnica:

7.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



- 7.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 7.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.8. Gestor de Contrato:

- 7.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.3. Do recebimento:**
- 8.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.



- 8.3.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 8.3.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X).
- 8.3.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.3.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X).
- 8.3.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, X).
- 8.3.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.3.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.3.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.3.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 8.3.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.3.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.3.14. Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.3.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;



8.3.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.3.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.3.15. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

8.4. Da liquidação:

8.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período devidamente justificado.

8.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essências do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.



8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line.

8.4.6. Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal do contratado, a empresa será notificada para que regularize sua situação e enquanto não houver a sua regularização não será realizado nenhum tipo de pagamento a empresa.

8.4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos fiscais.

8.5. **Prazo de pagamento:**

8.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

8.6. **Forma de pagamento:**

8.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR, CORRESPONDENTE AO VALOR GLOBAL** sobre a Planilha Orçamentária anexada ao processo.
- 9.2. O regime de execução do contrato será de **FORMA IMEDIATA**.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O valor de referência para aplicação do **MENOR VALOR** corresponde ao valor máximo de R\$ 1.240.655,63 (Um milhão, duzentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos), conforme planilha orçamentária.

11. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- 11.1. O setor requisitante será o responsável pela fiscalização do contrato no que compete ao fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos contratados (prazos de validade, prazos de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados, manutenção da relação inicial entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato).

12. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

- 12.1. O prazo para execução da obra será de 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contando a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço e/ou assinatura do contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.2. O contrato será regido pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 13.3. A Contratada terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
- a) Ser responsável pela execução de todos os serviços contidos na planilha orçamentária, em cumprimento aos termos deste Termo de Referência;
 - b) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução da obra, objeto da contratação, tais como: materiais, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vale refeição, vale-transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, e quaisquer outras pertinentes ao bom desempenho da obra, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
 - c) A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;



- d) A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, dentro do prazo de vigência contratual;
- e) Cumprir todas as obrigações, principalmente no que compete ao cumprimento do prazo de execução da obra e cronograma estabelecido neste Termo de Referência;
- f) Submeter à aprovação da Contratante, antes do início dos trabalhos, a relação nominal indicada junto com a habilitação técnica de seu corpo técnico envolvido com a execução da obra;
- g) Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).
- h) O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos;
- i) O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;
- j) Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, inclusive em eventuais trabalhos subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pelo Contratante, todos os erros, vícios e falhas comprovadas, mesmo após a execução dos serviços;
- k) Providenciar o registro da ART ou RRT de execução da obra junto ao CREA ou CAU, bem como regularização da obra junto a outros órgãos competentes (Prefeitura Municipal, INSS, etc.), entregando uma cópia à Fiscalização, para fins de registro e comprovação das condições estabelecidas. Nesse caso, a CONTRATADA deverá apresentar a ART ou RRT dos serviços, objetos do contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço;
- l) Submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- m) Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes à execução de obras, em especial as relativas à execução e recuperação de estruturas metálicas, acessibilidade, instalações prediais, cobertura metálica, alvenaria, pinturas, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, entre outras;
- n) Após recebimento provisório da obra, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;
- o) Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização da SEMIE, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final;
- p) A CONTRATADA não poderá contratar parentes (até o terceiro grau) de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão também participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no art. 9º da Lei 14.133/2021;
- q) A CONTRATADA fornecerá todos os materiais necessários à execução eficiente dos serviços descritos neste Termo de Referência. Os materiais utilizados deverão ser novos (sem uso) e originais;
- r) Na hipótese da substituição de qualquer material fornecido pela Contratada, por motivo de imperfeição, o mesmo deverá ser repostado, sem ônus para a SEMIE;



- s) Executar, caso necessário, junto a Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO e demais órgãos competentes os procedimentos legais relacionados ao licenciamento da obra, efetuando o pagamento de todas as taxas e emolumentos referente ao objeto desta contratação, posteriormente, apresentar cópia ou via original para o CONTRATANTE.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. A Contratante terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da Contratada;
- b) Fornecer toda documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços;
- c) Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, em conformidade com as condições e termos definidos neste Termo de Referência e anexos;
- d) A Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMIE terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/21, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

14.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes desta secretaria, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/21:

- a) Realizar medições periódicas mensais e atestar, por meio do representante designado (fiscal) as Notas Fiscais emitidas pelo Contratante, após verificação da efetiva execução dos serviços;
- b) Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações contidas neste Termo de Referência e seus Anexos;
- c) Dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;
- d) Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada no local de execução da obra;
- e) Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela CONTRATADA todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- f) Inspeccionar todos os materiais utilizados pela CONTRATADA para execução da obra;
- g) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATADA, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;
- h) Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra conforme o disposto no § 5º do art.115 da Lei nº 14.133/21 por mais de 01 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução;

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:



- a) Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V. - Não celebrar o contrato ou não entregará documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção).

15.2. A LICITANTE ou a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações administrativas acima previstas será responsabilizada com as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa.

- 1- Moratória - o atraso na execução do objeto contratado, sem motivação aceita pelo CONTRATANTE, ensejará a aplicação de multa diária no valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 dias. O atraso superior a esse prazo poderá ensejar a extinção do contrato;
- 2- Moratória – caso o atraso seja superior a 20 dias, será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- 3- Moratória – o atraso na apresentação da garantia contratual possibilitará a aplicação da multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o que pode ocasionar a extinção do Contrato.
- 4- Compensatória – a conduta ilícita pela licitante que tenha durante o certame ensejará a aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento), do valor da proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste edital;
- 5- Compensatória – a recusa ou o não comparecimento da adjudicatária em assinar o contrato, quando regularmente notificada pelo CONTRATANTE dentro do prazo de validade de sua proposta ensejará o pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital;
- 6- Compensatória – a inexecução total do objeto contratado possibilitará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. As sanções previstas nos subitens A C e D do item 15.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem B da mesma cláusula.
- 15.5. Da aplicação das sanções previstas nos incisos A, B e C do item 15.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem D caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.9. Além da multa prevista no subitem B do item 15.2, pelo descumprimento das obrigações contratuais ao CONTRATANTE aplicará multas conforme a gradação estabelecida nas tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% sobre o valor mensal do contrato

- 15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.11. Comete falta grave, podendo ensejar a extinção unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021, aquele que:



- 1- Não promover o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 15 (quinze) dias da solicitação do CONTRATANTE.
- 15.12. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura, da garantia, ou do crédito existente do CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao do crédito existente, a diferença será cobrada na formada lei.
- 15.13. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, se for o caso, cobrada judicialmente, na forma da lei.
- 15.14. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATANTE.
- 15.15. Decorridos 01 (um) mês sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua extinção.
- 15.16. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 15.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de declaração de inidoneidade, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas em contrato e demais cominações legais.
- 15.18. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.
- 15.19. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 15.20. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. A subcontratação fica limitada a 30% do valor total do contrato, mediante solicitação por escrito contendo, justificativa, documentos que comprovem a capacidade técnica do subcontratado, que posteriormente será avaliado e aprovado ou não pelo contratante, onde a documentação deverá ser juntada nos autos do processo.
- 16.2. É Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste ou com agente público que desempenhe função na Concorrência Eletrônica ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.



- 16.3. A autorização e subcontratação concedida pelo Contratante não eximirá o beneficiário do contrato das responsabilidades assumidas nesta licitação.

17. DA MODALIDADE

- 17.1. Nos termos da lei, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 17.2. Trata-se de bens/serviços comuns, uma vez que as especificações foram objetivamente definidas por meio das especificações usuais de mercado, quando da elaboração do termo de referência.
- 17.3. Será utilizado a modalidade de licitação Concorrência, conforme descrito no Art.6, Inciso XXXVIII, *alínea a* da Lei Federal n. 14.133/2021, onde prevê o seguinte:
- XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:
 - a) menor preço.

18. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE PREÇO GLOBAL

- 18.1. O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem que os diversos serviços estejam integrados, pelas características de soluções desta natureza, nos termos do artigo 82, § 1º da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 18.2. Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e, ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.
- 18.3. Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.
- 18.4. Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.
- 18.5. Justifica-se, portanto, a adoção do tipo MENOR PREÇO, CORRESPONDENTE AO VALOR GLOBAL. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala.

19. DA PROPOSTA

19.1. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PROPOSTA ATRAVÉS DO SITE:

- A PLATAFORMA DE LICITAÇÕES será a adotada ordinariamente pelo município qual seja LICITANET.



20. DA CAPACIDADE TÉCNICA

- 20.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010), na qual conste o seu responsável técnico, **em plena validade**.
- 20.2. A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;
 - No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;
 - No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços ou ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da licitante;
 - ART/RRT, de cargo ou função, constando o profissional como responsável técnico da licitante;
 - Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pela licitante;
 - Comprovação da LICITANTE de possuir na data da abertura da licitação, **Engenheiro(s) civil(is) ou Arquiteto(as) e Engenheiro de Segurança do Trabalho**, devidamente registrado(s) no CREA/CAU;
 - Um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do(s) profissional(is), expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o desempenho de atividades compatíveis com o objeto do pregão;
 - **Certidão de Acerto Técnico Profissional (CAT)**, emitida pelo CREA / CAU da região pertinente, em nome de Responsável (is) Técnico(s) devidamente registrado no CREA/CAU; com habilitação em Engenharia Civil ou Arquitetura, conforme Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010; e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de construção de obra com alambrado e construção que envolvem instalação de parte elétrica ou serviços com características semelhantes aos descritos neste Termo de Referência e que constam na Planilha Orçamentária que estará anexada ao processo.
- 20.3. Os atestados de capacidade técnico-profissional em nome da empresa licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado; o(s) mesmo(s) deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 20.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, contendo o devido timbre da pessoa jurídica que o forneceu e que não atenda ao exigido, conforme estabelece este Edital, é motivo de **inabilitação**.
- 20.5. A qualquer momento a equipe técnica do **MUNICÍPIO** poderá por meio de diligência solicitar documentos e/ou pedidos de esclarecimentos quanto a veracidade dos atestados apresentados pelas empresas licitantes.
- 20.6. No caso de pessoa jurídica de direito público, o (s) atestado (s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta e pelo responsável técnico do setor competente.



21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 21.1. As despesas oriundas da presente contratação correrão por conta das seguintes classificações orçamentárias:

SEMIE

Projeto/Atividade: 1251 – PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO DA VILA SANTO ANTONIO – CONV. Nº 175/2026/PGE
Elemento de Despesa 4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade.*

22. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 22.1. Por se tratar de contratação de obra ou serviço de engenharia, utilizou-se a metodologia estabelecida pelo Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013, conforme disposto no artigo 3º:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi**, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (Grifo nosso)

- 22.2. Além da base SINAPI, por se tratar de uma de infraestrutura de transporte, foi realizado a composição de custos baseados no Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, conforme disposto no Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013, em seu art. 4º:

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de **infraestrutura de transportes** será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do **Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro**, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes. (Grifo nosso).

23. DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

- 23.1. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista as características do objeto e que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas, nos termos do art.15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 23.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.



- 23.3. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.
- 23.4. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.
- 23.5. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.
- 23.6. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico.

24. DA HABILITAÇÃO

24.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 24.1.1. Cédula de identidade do(s) sócio(s) administrador (es) da empresa;
- 24.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 24.1.3. Ato constitutivo, Estatuto Social, Contrato Social ou sua consolidação e posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, Estatuto Social, acompanhado da ata de eleição de sua atual Administração, registrados e publicados;
- 24.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 24.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir, se participar em regime de Consórcio;
- 24.1.6. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativo e dentro do ramo de atividade do objeto licitado;
- 24.1.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

24.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 24.2.1. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 24.2.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;
- 24.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;



24.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;

24.2.5. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei.

24.3. **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

24.3.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou por sítio oficial. Se a certidão for emitida pela internet, aceitar-se-á tanto a da Comarca quanto a do Estado onde a empresa tem sua Sede. Para o caso de não haver no documento a data de validade, será aceita se emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

24.3.2. A empresa que estiver com a certidão positiva de recuperação judicial, deverá comprovar que o pedido de recuperação judicial já fora acolhido/homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, por meio de certidão do juízo responsável pelo acompanhamento da recuperação judicial;

24.3.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

24.3.4. Para empresa criada neste exercício, a mesma deverá apresentar balanço de abertura;

24.3.5. No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;

24.3.6. Declaração datada e assinada pelo representante legal e contador da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, demonstrando a boa situação econômica e financeira da empresa, após a análise dos indicadores financeiros e econômicos extraídos do último balanço do exercício financeiro e comparados com os parâmetros dos indicadores previstos e abaixo descritos;

24.3.7. Os índices deverão ser apurados, com os dados do último balanço patrimonial já exigível, na forma da lei. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

24.3.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} - \text{Passivo Circulante} +$$

$$\text{Passivo Não Circulante} \quad SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não}}$$

$$\text{Circulante} \quad \text{Ativo Circulante} \quad LC = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}$$

24.3.9. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar,



considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto que estiver concorrendo;

- 24.3.10. Relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas dos contratos já firmados;
- 24.3.11. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes em conformidade com o modelo constante do edital.

24.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 24.4.1. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, apresentando rigorosamente a situação atual da empresa, condicionando ainda, a submissão de autenticação do CREA/RO quando sediado fora do Estado, bem como, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).
- 24.4.2. A licitante deverá apresentar o REGISTRO ou INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional vigente dos respectivos conselhos.
- 24.4.3. A empresa a ser contratada para execução da obra deverá comprovar, como condicionante para assinatura do Contrato, vínculo do(s) profissional(is), o que poderá ser feito mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:
- a) Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como Contratante;
 - b) Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;
 - c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;
 - d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.
- 24.4.4. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação de capacitação técnica deverão participar da execução do Contrato.
- 24.4.5. A substituição de qualquer dos profissionais indicados somente poderá ocorrer mediante autorização do gestor do Contrato, após justificativa a ser analisada e somente será possível se o profissional a ser indicado possuir experiência equivalente ou superior.

25. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A COMPOSIÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

25.1. DO REAJUSTE

- 25.1.1. Os mesmos poderão ser reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação prevista no Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M).



- 25.1.2. CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.
- 25.1.3. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 25.1.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 25.1.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.2. DO REESTABELECIMENTO DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 25.2.1. Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/21.
- 25.2.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 25.2.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

26. DO PAGAMENTO

- 26.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará à fiscalização da CONTRATANTE a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo município, mediante ordem bancária.
- 26.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do ordenador de despesas da SEMIE e Engenheiro Responsável por acompanhar a obra na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.
- 26.3. O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.
- 26.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.
- 26.5. Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, dentre outros.



- 26.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 26.7. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

27. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

- 27.1. Os impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Estes podem ser considerados positivos ou negativos. Além do mais, ocorrem quando as alterações causadas geram riscos ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.
- 27.2. Cabe a contratada observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 27.3. Cabe a contratada implantar medidas de controle quanto à emissão de gases e ruídos de equipamentos, máquinas e veículos e geração de material particulado, garantindo a eficiência necessária para que não sejam causados transtornos à população local, próxima do empreendimento.
- 27.4. A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.
- 27.5. Caso haja a necessidade de Licença Ambiental de instalação conforme dispõe as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, esta deverá ser providenciada pela contratada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

28. DOS CASOS OMISSOS

- 28.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-os e paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira, disposições de direito privado e regulamentações expressas pelo Código de Defesa do Consumidor.

29. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 29.1. A empresa vencedora do certame licitatório após a execução do contrato deverá entregar a obra prevista em perfeito estado de limpeza e conservação, com todas as instalações e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e devidamente testados.
- 29.2. Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela FISCALIZAÇÃO. Será, então, firmado o Termo de Entrega Provisória, onde deverão constar todas as pendências e/ou problemas verificados na vistoria.



- 29.3. Reserva-se à SEMIE o direito de impugnar o andamento dos serviços e aplicação de materiais ou equipamentos, que não apresentem eficiência.
- 29.4. Fica eleito o foro do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO para dirimir possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório.
- 29.5. Nos termos do artigo 95 caput e § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, faculta-se à Administração a substituição do instrumento contratual por outros instrumentos hábeis, tais como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, desde que não resultem em obrigação futura ou assistência técnica, não ensejando, portanto, a necessidade de anexar a respectiva Minuta ao Edital, tampouco desconsiderando as responsabilidades já compromissadas e de tais documentos, inclusive com relação à garantia contra defeitos de fabricação.
- 29.6. O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a execução dos serviços fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 29.7. A CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitadas os limites do artigo 124 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) CONTRATADA(s).

30. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Alisson Sabai da Silva

Diretor da Divisão de Registro de Preços

Portaria n.º 019/2026/GAB

31. LOCAL E DATA, ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO ORDENADOR DE DESPESAS

Alta Floresta D'Oeste – RO, de 25 de maio de 2026.

Ederson Luiz Savegnago

Secretário Municipal

De Infraestrutura

Portaria n.º 289/2025/GAB

Aprovo o presente Termo de Referência.

Giovan Damo

Prefeito Municipal

Alta Floresta D'Oeste – RO

Gestão 2025-2028



ANEXO II CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será realizada mediante análise da documentação exigida neste Edital. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) Agente de Contratação solicitará aos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar o envio da documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 Documento de identidade e CPF do representante legal da licitante;
- 1.2 Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (Cartão CNPJ);
- 1.3 Contrato Social, Estatuto ou instrumento equivalente em vigor, devidamente registrado, que comprove ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

2. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- 2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 2.4 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 2.5 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- 2.7 Declaração Conjunta, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital, ou DECLARAÇÃO ÚNICA disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET;
- 2.8 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida por sítio eletrônico oficial. Quando emitida pela internet, serão aceitas tanto a certidão da Comarca quanto a do Estado onde se localiza a sede da empresa. Na ausência de prazo de validade expresso, será aceita a certidão emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- 2.9 A empresa que estiver em recuperação judicial deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação judicial foi devidamente homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, mediante certidão expedida pelo juízo competente;
- 2.10 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo comprovar a boa situação financeira da empresa;
- 2.11 Empresas constituídas no exercício corrente deverão apresentar balanço de abertura;
- 2.12 No caso de sociedade anônima, deverá ser apresentada também a comprovação de publicação do balanço e demonstrações contábeis na Imprensa Oficial, bem como a ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;
- 2.13 Declaração datada e assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, demonstrando a boa situação econômico-financeira da empresa, mediante análise dos índices financeiros extraídos do último balanço patrimonial;
- 2.14 Os índices deverão ser apurados com base nos dados do último balanço patrimonial exigível na forma da lei, devendo as fórmulas estar devidamente demonstradas em memorial de cálculo anexado ao balanço;
- 2.15 A comprovação da boa situação financeira será verificada mediante os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um), resultantes das seguintes fórmulas:
 - 2.15.1 $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - 2.15.2 $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - 2.15.3 $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$.



2.16 As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima deverão comprovar, a critério da Administração e considerados os riscos da contratação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto licitado;

2.17 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que possam comprometer sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados;

2.18 Declaração de que a proposta econômica contempla a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010), na qual conste o seu responsável técnico, **em plena validade**.

3.2 A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;
- No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;
- No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços ou ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da licitante;
- ART/RRT, de cargo ou função, constando o profissional como responsável técnico da licitante;
- Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pela licitante;
- Comprovação da LICITANTE de possuir na data da abertura da licitação, **Engenheiro(s) civil(is) ou Arquiteto(as) e Engenheiro de Segurança do Trabalho**, devidamente registrado(s) no CREA/CAU;
- Um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do(s) profissional(is), expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o desempenho de atividades compatíveis com o objeto do pregão;
- **Certidão de Acerto Técnico Profissional (CAT)**, emitida pelo CREA / CAU da região pertinente, em nome de Responsável (is) Técnico(s) devidamente registrado no CREA/CAU; com habilitação em Engenharia Civil ou Arquitetura, conforme Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010; e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de construção de obra com alambrado e construção que envolvem instalação de parte elétrica ou serviços com características semelhantes aos descritos neste Termo de Referência e que constam na Planilha Orçamentária que estará anexada ao processo.

3.3 Os atestados de capacidade técnico-profissional em nome da empresa licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado; o(s) mesmo(s) deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.



- 3.4 A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, contendo o devido timbre da pessoa jurídica que o forneceu e que não atenda ao exigido, conforme estabelece este Edital, é motivo de **inabilitação**.
- 3.5 A qualquer momento a equipe técnica do **MUNICÍPIO** poderá por meio de diligência solicitar documentos e/ou pedidos de esclarecimentos quanto a veracidade dos atestados apresentados pelas empresas licitantes.
- 3.6 No caso de pessoa jurídica de direito público, o (s) atestado (s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta e pelo responsável técnico do setor competente.

3.7. Parcelas de Maior Relevância

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, serão considerados como parcelas de maior relevância os seguintes serviços:

- a) REGULARIZAÇÃO DE SUBLEITO, quantidade mínima: 2.240,00 m².
- b) COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL, quantidade mínima: 405,00 m³.
- c) EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022. Fck = 35 MPA, quantidade mínima: 2.240,00 m²
- d) GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO (FCK-20 MPA), MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM), , quantidade mínima: 710,00 m.
- e) BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_06/2016 SARJETA TRIANGULAR DE CONCRETO - STC 100-20 – ESCAVAÇÃO MECÂNICA - AREIA E BRITA COMERCIAIS, quantidade mínima: 29,00 m.

4. DECLARAÇÕES (ANEXO V)

4.1 A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, especialmente do art. 299 do Código Penal Brasileiro, de que:

- 4.1.1 Não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 4.1.2 Possui pleno conhecimento e aceita integralmente as regras e condições da contratação;
- 4.1.3 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- 4.1.4 Cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.1.5 Assume responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico;
- 4.1.6 Sua proposta econômica contempla todos os custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas e obrigações legais;
- 4.1.7 Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações prestadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- 4.1.8 Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, comprometendo-se a comunicar fatos supervenientes;
- 4.1.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 4.1.10 Não utiliza trabalho degradante ou forçado;
- 4.1.11 A proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer ajuste ou comunicação com outros licitantes.

4.2 Declarações para fins de critério de desempate (art. 60 da Lei nº 14.133/2021)

4.2.1 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que investe em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no País;



4.2.2 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que adota práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

4.2.3 A empresa deverá declarar que não foi declarada inidônea ou suspensa por qualquer órgão da Administração Pública, estando apta a contratar com o Poder Público.

5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1 Será assegurado às empresas enquadradas como ME/EPP, que tenham declarado essa condição sob as penas da lei, o direito à regularização da documentação fiscal, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos neste Edital.

5.3 As cópias apresentadas deverão estar perfeitamente legíveis. A utilização de documento falso para fraudar o caráter competitivo da licitação sujeitará o responsável às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 Os documentos deverão possuir validade expressa ou prevista em lei. Na ausência de prazo de validade, serão aceitos:

5.4.1 Certidão de Falência e Recuperação Judicial emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

5.4.2 Demais certidões emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias.

5.5 O(a) Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos complementares acerca dos documentos apresentados, fixando prazo para atendimento.

5.6 A aceitação das certidões ficará condicionada à verificação de sua autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, tais como:

5.6.1 Receita Federal: www.receita.fazenda.gov.br;

5.6.2 SEFIN/RO: www.sefin.ro.gov.br;

5.6.3 Previdência Social: www.previdenciasocial.gov.br;

5.6.4 Caixa Econômica Federal: www.caixa.gov.br;

5.6.5 Tribunal de Justiça de Rondônia: www.tj.ro.gov.br;

5.6.6 Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.jus.br.

5.7 No caso de empresas sediadas em outras unidades da federação, a verificação será realizada no respectivo portal oficial indicado na certidão apresentada.



**ANEXO III
ESTIMATIVA DE CUSTOS**

Item	Código	Discriminação	Und	Valor Estimado EM R\$
01	35915	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS RETANGULARES DE CONCRETO INTERTRAVADOS NA VILA SANTO ANTÔNIO - Convênio nº 175/2026/PGE-DERADM, Processo SEI nº 0009.014565/2024-70.	OBRA	R\$ 1.240.655,63

O valor máximo estimado para a presente contratação é de R\$1.240.655,63 (um milhão, duzentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Atenção: Para o preenchimento da Proposta Comercial (Anexo IV), deverá ser rigorosamente observada a ordem e a numeração dos itens constantes neste Edital, facultando-se ao licitante participar apenas dos itens/lotes de seu interesse.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados poderão apresentar proposta para quaisquer ITENS e/ou LOTES de seu interesse, de forma individualizada, observando o respectivo critério de julgamento estabelecido no Edital.

1.2 Independentemente de o critério de julgamento ocorrer por ITEM, LOTE ou GLOBAL, a análise das propostas será realizada com base no valor unitário dos itens. O item que apresentar valor unitário superior ao estimado pela Administração deverá ser adequado, sob pena de desclassificação da proposta.

1.3 Não será admitido, nos valores unitários, fracionamento de centavos superior a 02 (duas) casas decimais, sendo desprezada qualquer fração remanescente.



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À
PREFEITURA DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO Nº.....

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o [e-mail](#) informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D Oeste-RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

Atenção: O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.

Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

Declaramos, sob as penalidades da lei, que:



O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado (s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ /202X.

A(nome da empresa)....., CNPJ/MF Nº, sediada
(endereço completo)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail, Declaramos para
todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que
se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)

** Quando do não envio desta declaração, poderá ainda ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.*



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 000/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/____, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA
_____.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º, expedida pela (o), e CPF n.º, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº/2026.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 1/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº/2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a



promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.



13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2026 e 2025 onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, ____ de _____ de 2026.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



•Estado de Rondônia•
PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
